

DENIS DONOSO

MARCO AURÉLIO SERAU JUNIOR

Manual dos

RECURSOS CÍVEIS

Teoria e prática

Teoria Geral e Recursos em Espécie

2016

 **EDITORA
JusPodivm**

www.editorajuspodivm.com.br



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Mato Grosso, 175 – Pituba, CEP: 41830-151 – Salvador – Bahia

Tel: (71) 3363-8617 / Fax: (71) 3363-5050

• E-mail: fale@editorajuspodivm.com.br

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa e diagramação: Marcelo S. Brandão (santibrando@gmail.com)

Todos os direitos desta edição reservados à Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e da Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

SIGLAS	25
INTRODUÇÃO	27

Parte I: TEORIA GERAL DOS RECURSOS

Capítulo I – Teoria geral dos recursos	31
1. Introdução e conceito	31
2. Modalidades recursais e competência legislativa	32
3. Características	33
4. Classificação dos recursos	34
4.1. Totais ou parciais	34
4.2. Principal e adesivo	36
4.3. Fundamentação livre ou vinculada	37
4.4. Ordinários e extraordinários	38
5. Princípios recursais	39
5.1. Introdução	39
5.2. Duplo grau de jurisdição	39
5.3. Taxatividade	41

5.4. Unirrecorribilidade	42
5.5. Fungibilidade	43
5.6. Proibição da <i>reformatio in pejus</i>	45
5.7. Colegialidade	47
5.8. Dialeticidade	48
5.9. Consumação	49
5.10. Complementaridade	50
5.11. Imparcialidade no âmbito vertical	50
6. Efeitos dos recursos	53
6.1. Introdução	53
6.2. Devolutivo	53
6.3. Suspensivo	56
6.4. Translativo	58
6.5. Obstativo	59
6.6. Regressivo	61
7. Recurso adesivo	61
8. Pedidos possíveis nos recursos	67
9. Requisitos recursais (juízo de admissibilidade dos recursos)	68
9.1. Aspectos gerais	68
9.1.1. Requisitos de admissibilidade e sua classificação	68
9.1.2. Momento do juízo de admissibilidade	70
9.1.3. Natureza da decisão sobre a admissibilidade	72
9.1.4. Matéria de ordem pública	73
9.2. Requisitos em espécie	74
9.2.1. Cabimento	74
9.2.2. Legitimidade recursal	75
9.2.3. Interesse recursal	79

9.2.4. Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer	81
9.2.4.1. Fato impeditivo	81
9.2.4.2. Fatos extintivos	85
9.2.4.2.1. Renúncia	85
9.2.4.2.2. Aquiescência	86
9.2.5. Tempestividade	87
9.2.6. Preparo	93
9.2.7. Regularidade formal	100
10. Verba honorária na fase recursal	101
11. Remessa necessária	105
11.1. Noção geral	105
11.2. Natureza jurídica	106
11.3. Hipóteses de remessa necessária	106
11.3.1. Situações do art. 496, I, do CPC	106
11.3.2. Situações do art. 496, II, do CPC	107
11.4. Situações fora do CPC	108
11.5. Dispensa da remessa necessária	108
11.5.1. Dispensa da remessa necessária no mandado de segurança	109
11.6. A remessa necessária no tribunal	110
12. Quadro resumo	111
Capítulo II – Da ordem dos processos nos Tribunais	117
1. Introdução	117
2. Dos processos nos tribunais	117
3. Do registro à distribuição (arts. 929 a 931)	118
4. Poderes do relator (arts. 932 e 933)	120

5. Designação de data de julgamento (arts. 934-936)	124
6. Sessão de julgamento e sustentação oral	126
7. Julgamento, pedido de vista e acórdão	127
8. Nulidades sanáveis no âmbito recursal	129
9. Incidente de colegialidade qualificada (art. 942)	131
10. Julgamento eletrônico	133
11. Quadro resumo	134

Parte II: RECURSOS CÍVEIS EM ESPÉCIE

Capítulo I – Apelação	139
1. Introdução	139
2. Requisitos de admissibilidade	140
2.1. Cabimento	140
2.1.1. Sentença (art. 1.009, caput, do CPC)	141
2.1.2. Decisões interlocutórias previstas no art. 1.015 do CPC que integrem capítulo da sentença (art. 1.009, § 3º, do CPC)	143
2.1.3. Capítulo da sentença que confirma, concede ou revoga tutela provisória (art. 1.013, § 5º, do CPC)	144
2.1.4. Decisões interlocutórias que não se sujeitam ao regime de preclusão (art. 1.009, § 1º, do CPC)	145
2.2. Legitimidade recursal	146
2.3. Interesse recursal	147
2.4. Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer	147
2.5. Tempestividade	147
2.6. Preparo	147
2.7. Regularidade formal	148

3. Efeitos	149
3.1. Devolutivo	149
3.1.1. Profundidade e extensão	149
3.1.2. Julgamento do mérito diretamente pelo tribunal (causa madura)	151
3.2. Suspensivo	155
4. Interposição e processamento	161
4.1. No juízo <i>a quo</i>	161
4.2. No juízo <i>ad quem</i>	162
5. Questões de fato não invocadas no juízo inferior	163
6. Apelação em caso de indeferimento da petição inicial	164
7. Apelação em caso de improcedência liminar do pedido	165
8. Apelação em caso de sentença terminativa	166
9. Modelos de petição	166
9.1. Apelação pedindo a reforma da sentença	166
9.2. Apelação pedindo a anulação da sentença	170
10. Quadro resumo	173
Capítulo II – Agravo de instrumento	177
1. Introdução	177
1.1. Recorribilidade das decisões interlocutórias de primeiro grau	177
1.2. Perspectiva histórica da recorribilidade das decisões interlocutórias de primeiro grau	179
2. Requisitos de admissibilidade	181
2.1. Cabimento	181
2.1.1. Considerações iniciais	181
2.1.2. O rol do art. 1.015 do CPC	183

2.1.2.1. Tutelas provisórias	183
2.1.2.2. Mérito do processo	185
2.1.2.3. Rejeição da alegação de convenção de arbitragem	186
2.1.2.4. Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	187
2.1.2.5. Rejeição do pedido de gratuidade da justiça ou acolhimento do pedido de sua revogação	189
2.1.2.6. Exibição ou posse de documento ou coisa ...	190
2.1.2.7. Exclusão de litisconsorte	190
2.1.2.8. Rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio	190
2.1.2.9. Admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros	191
2.1.2.10. Concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução	192
2.1.2.11. Redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373, § 1º	192
2.1.2.12. Outros casos expressamente referidos em lei	193
2.1.2.13. Decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença, na fase de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário	194
2.1.3. Taxatividade (ou não) do art. 1.015 do CPC	194
2.2. Legitimidade recursal	198
2.3. Interesse recursal	198
2.4. Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer	198
2.5. Tempestividade	198

2.6. Preparo	198
2.7. Regularidade formal	199
3. Efeitos	202
4. Interposição e processamento	204
4.1. Formas de interposição	206
5. Comunicação ao juízo <i>a quo</i>	207
6. Modelos de petição	210
6.1. Agravo de instrumento simples pedindo reforma da decisão	210
6.2. Agravo de instrumento com pedido de efeito ativo	212
6.3. Agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo	215
7. Quadro resumo	218
Capítulo III – Agravo interno	221
1. Introdução	221
2. Cabimento	222
3. Requisitos de admissibilidade, interposição e processamento	223
4. Multa	225
5. Modelo de Petição	226
6. Quadro resumo	229
Capítulo IV – Embargos de declaração	231
1. Introdução	231
2. Natureza jurídica	233
3. Requisitos de admissibilidade	235
3.1. Cabimento	235
3.1.1. Esclarecer obscuridade	236
3.1.2. Eliminar contradição	237

3.1.3. Suprir omissão	239
3.1.4. Corrigir erro material	243
3.2. Legitimidade recursal	244
3.3. Interesse recursal	245
3.4. Inexistência de fatos impeditivos ou extintivos do poder de recorrer	246
3.5. Tempestividade	246
3.6. Preparo	247
3.7. Regularidade formal	247
4. Oposição e processamento	248
5. Efeitos	249
5.1. Especificamente o efeito suspensivo	250
5.2. Especificamente o efeito interruptivo	251
5.3. Especificamente o efeito infringente	255
6. Julgamento (art. 1.024)	258
6.1. Especificamente as consequências no recurso anteriormente interposto pela parte contrária (art. 1.024, §§ 4º e 5º)	259
6.2. Fungibilidade	261
6.3. Embargos protelatórios (art. 1.026 §§ 2º ao 4º)	261
7. Pré-questionamento pelos embargos de declaração (art. 1.025) ...	263
8. Modelo de petição de embargos de declaração	264
9. Quadro resumo	265
Capítulo V – Recurso Ordinário	269
1. Introdução	269
2. Cabimento	270
3. Requisitos de admissibilidade	272
4. Efeitos	273

5. Interposição e processamento	274
6. Modelo de Petição	275
7. Quadro resumo	277
Capítulo VI – Recurso especial e recurso extraordinário	279
1. Introdução	279
2. Cabimento	280
2.1. Recurso extraordinário	280
2.2. Recurso especial	282
3. Requisitos de admissibilidade	284
3.1. Requisito gerais/processuais	284
3.2. Requisitos específicos/constitucionais	288
3.2.1. Esgotamento das instâncias recursais ordinárias (“causa decidida”)	288
3.2.2. Proibição do reexame de matéria fática	289
3.2.3. Prequestionamento	290
3.2.4. Repercussão geral	291
3.2.5. Ofensa reflexa	294
3.2.6. Dissídio jurisprudencial	295
4. Interposição e processamento	297
4.1. Interposição conjunta de recurso especial e recurso extraordinário	297
5. Regras procedimentais comuns ao recurso especial e ao recurso extraordinário	299
5.1. Juízo de admissibilidade	299
5.2. Procedimento de admissibilidade e gestão do recurso especial e do recurso extraordinário	301
5.3. Julgamento do recurso especial e do recurso extraordinário repetitivos	303

5.3.1. Seleção dos recursos representativos da controvérsia repetitiva	304
5.3.2. Processamento dos recursos repetitivos	305
5.3.3. Efeitos do julgamento nos Tribunais Superiores	310
5.3.4. Efeitos do julgamento nos tribunais locais e no primeiro grau de jurisdição	311
5.4. Suspensão dos processos em todo o território nacional	314
5.5. Efeitos devolutivo e suspensivo	315
6. Modelos de Petição.	317
6.1. Modelo de recurso especial	317
6.2. Modelo de recurso extraordinário	321
7. Quadro resumo	326

Capítulo VII – Agravo em recurso especial e recurso extraordinário 331

1. Introdução	331
2. Agravo da decisão de não admissão de recurso especial e recurso extraordinário	334
2.1. Requisitos de admissibilidade	334
2.2. Interposição e processamento	336
3. Agravo interno contra não admissão de recurso especial e recurso extraordinário	337
3.1. Cabimento	339
3.2. Requisitos de admissibilidade, interposição e processamento	339
3.3. Agravo interno contra indeferimento do pedido de intempestividade de recurso extraordinário ou recurso especial	341
4. Modelo de Petição	342
5. Quadro resumo	347

Capítulo VIII – Embargos de Divergência	349
1. Introdução	349
2. Cabimento	350
3. Requisitos de admissibilidade, interposição e processamento	353
4. Modelo de Petição	356
5. Quadro resumo	359
Bibliografia	361